

# A conta do dever não cumprido

O presidente José Sarney perdeu, no episódio da sanção integral do projeto orçamentário, talvez a última oportunidade para marcar seu governo com um gesto de alguma grandeza. Sua decisão de sancionar sem vetos o texto do projeto de lei do Orçamento Geral da União aprovado pelo Congresso Nacional foi interpretada pelo chefe do Gabinete Civil, deputado Luiz Roberto de Andrade Ponte, como a atitude de um estadista que sabe respeitar as decisões do Poder Legislativo. Estamos numa democracia e cada cidadão tem o direito de opinar livremente sobre as ações do presidente da República.

Para quem está fora do governo, no entanto, a decisão de Sarney foi mais uma demonstração da falta de coragem política para decidir em defesa do interesse da Nação. Foi, mais uma vez, o resultado da perversa associação entre um presidente que teme decidir e um Congresso que adora decidir — sempre em benefício próprio, é claro.

O ministro do Planejamento, com fundadas razões, havia sugerido ao presidente que vetasse alguns dispositivos aprovados pelos parlamentares, por entender que — além de serem inconstitucionais — contrariavam o interesse público. É no mínimo estranho que, mesmo concordando com esses argumentos (tanto que decidiu incorporá-los ao texto que remeteu ao Congresso informando-o da sanção), Sarney tenha acatado inteiramente o projeto aprovado pelo Legislativo. Dessa forma, aprova medidas que ele mesmo admite serem contrárias ao interesse público que se comprometeu a defender quando assumiu o cargo.

O processo orçamentário que culminou com o texto agora sancionado é o primeiro que se realiza de acordo com as determinações da Constituição de 1988. Seu início, por isso, indicava que o Brasil teria finalmente um orçamento no qual a definição de qualquer despesa teria de ser acompanhada da definição da respectiva receita. Foi esse o princípio que se adotou na Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada no primeiro semestre do ano passado.

Entretanto, o mesmo Congresso que aprovou essa lei tratou de desrespeitá-la quando da votação do projeto de lei do Orçamento Geral da União. De maneira ardilosa, um grupo de parlamentares interessados em mostrar serviço nas suas regiões eleitorais acrescentou à lista de despesas elaborada pelo Executivo cerca de 8 mil projetos, alegando a existência de um “excesso de arrecadação” que resultaria de uma suposta subestimação da correção monetária, na proposta inicial do governo. A inclusão desses projetos na chamada “programação especial” provocou uma situação inédita: pela primeira vez na nossa história republicana o ano se iniciou sem que o orçamento da União estivesse pronto. Nem o avanço da informática foi suficiente para atender em tempo aos interesses eleitorais de nossos políticos...

O ministro João Batista de Abreu sugeriu a Sarney o veto integral dessa “programação especial”, bem como de outras despesas, no total de NCz\$ 113,12 bilhões (de um orçamento total calculado em NCz\$ 3,14 trilhões), por considerar esses gastos irregulares e inconstitucionais. Um corte dessas proporções talvez não resolvesse o problema do déficit fiscal previsto para este ano, mas certamente tornaria menos difícil a tarefa do futuro presidente da República. Sarney, porém, preferiu contornar a questão. Não quer desagradar à classe política da qual faz parte e da qual — não importa quantas vezes desminta — não pretende se afastar.

O seu gesto foi interpretado pelo presidente do Senado, Nelson Carneiro, como uma demonstração de apreço pelo Congresso. A interpretação correta, no entanto, é que se tratou de uma demonstração de profundo despreço pelos 145 milhões de brasileiros que, de uma forma ou de outra, pagarão a conta de sua recusa a cumprir seu dever.